

O ISOLAMENTO DE IDOSOS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19: PROTEÇÃO OU ABANDONO?

ISOLATION OF ELDERLY PEOPLE IN THE CONTEXT OF THE COVID-19 PANDEMIC: PROTECTION OR ABANDONMENT?

Vanessa Soares Teixeira dos Santos¹
Cristiane Costa de Almeida²

RESUMO: Esse artigo buscou analisar os impactos do isolamento social durante a pandemia da COVID-19 para os idosos. O objetivo do estudo foi compreender o diagnóstico situacional visando a atuação do profissional de Serviço Social na intervenção por meio de projetos e técnicas de intervenção social, a fim de minimizar os impactos do isolamento na qualidade de vida da população idosa. A metodologia empregada neste estudo foi uma abordagem quali-quantitativa, baseada em revisão bibliográfica. Foram realizadas buscas em sites de busca científica, com foco em artigos publicados nos últimos 4 anos. Os resultados encontrados indicam que o isolamento social teve impactos tanto positivos quanto negativos no cuidado com os idosos. Além disso, o isolamento social também foi associado à sensação de abandono social e familiar em alguns casos. Em conclusão, este estudo ressaltou a importância de compreender os impactos do isolamento social na população idosa durante a pandemia da COVID-19. A atuação do profissional de Serviço Social por meio de projetos e técnicas de intervenção social é fundamental para minimizar os efeitos negativos do isolamento e promover a qualidade de vida dos idosos.

9345

Palavras-chave: População idosa. COVID-19. Isolamento.

ABSTRACT: This article sought to analyze the impacts of social isolation during the COVID-19 pandemic for the elderly. The objective of the study was to understand the situational diagnosis aiming at the performance of the Social Work professional in the intervention through projects and techniques of social intervention, in order to minimize the impacts of isolation on the quality of life of the elderly population. The methodology used in this study was a quali-quantitative approach, based on a bibliographic review. Searches were carried out on scientific search sites, focusing on articles published in the last 4 years. The results found indicate that social isolation had both positive and negative impacts on the care of the elderly. In addition, social isolation was also associated with the feeling of social and family abandonment in some cases. In conclusion, this study highlighted the importance of understanding the impacts of social isolation on the elderly population during the COVID-19 pandemic. The performance of the Social Service professional through social intervention projects and techniques is essential to minimize the negative effects of isolation and promote the quality of life of the elderly.

Keywords: Elderly population. COVID-19. Isolation.

¹ Estudante do curso de Serviço Social da Faculdade Ilhéus, ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-4833-9560>.

² Coordenadora e Docente do Curso de Serviço Social da Faculdade de Ilhéus; Funcionária Pública e Municipal; Mestre em Gestão Social, Educação em Desenvolvimento Regional pela Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – Espírito Santo.

INTRODUÇÃO

Em Wuhan, uma cidade na província de Hubei, na China, em dezembro de 2019, surgiu um vírus chamado coronavírus SARS-CoV-2 (Severe Acute Respiratory Syndrome of Coronavírus) que após mutações deu origem à COVID-19. Assim, a Organização Mundial da Saúde decretou em 11 de março de 2020, por Tedros Adhanom, diretor geral da Organização Mundial de Saúde (OMS) o início de uma pandemia desencadeada pelo COVID-19.

Os dados iniciais demonstraram que pessoas idosas foram as mais acometidas pelo contágio da COVID-19, a partir daí pessoas com mais de 60 anos foram tidas como as mais vulneráveis e propícias a contrair a doença. Diante dessa realidade os governos instituíram medidas protetivas de isolamento a exemplo do lockdown. É notório que os efeitos da pandemia trouxeram à tona problemas sociais já existentes e que passaram a comprometer a saúde física e mental dos indivíduos de forma geral, tanto a nível nacional como global, porém a população de idosos foi o grupo social mais evidente, uma vez que o isolamento para este grupo ocasionou em alguns casos o aumento de sequelas físicas e mentais.

Segundo Aguiaro uma das instituições sociais que deveria agir nesse entrave, e atuar contra o abandono é a própria família, “que não tem somente o papel reprodutivo, mas também é fonte de afeto e solidariedade, isto é, atributos que ultrapassam os meros laços sanguíneos” (AGUIARO, 2016, p. 12). Contudo, muitas vezes, os familiares são os principais responsáveis por rejeitá-los e forçá-los a viver em centros de convivência para idosos, sem um atendimento adequado e bastante solitário, o que os torna ainda mais frágeis e impotentes.

No entanto sabe-se que grande parte do abandono da população idosa ocorre no ambiente familiar, devido a condições socioeconômicas precária dos familiares falta de interesse destes em cuidar dessa faixa etária, dificuldade em lidar com as necessidades exigidas e em prestar cuidados especiais para esse idoso.

Este cenário é justamente o contrário do que diz o estatuto do idoso, documento no qual são estabelecidos direitos para o amparo da população idosa. O mesmo não apresenta soluções que possam minimizar o efeito do isolamento em situações pandêmicas, entretanto, apresenta em seu Art. nº 3 que são previstas punições a quem os violarem, direito a vida, saúde, amparo familiar e do estado, por se tratar de direitos básicos, que deveriam ser como princípios fundamentais.

Diante desse contexto, levando em consideração o panorama de uma pandemia, esse trabalho traz a seguinte problemática: Quais os impactos do isolamento social são prejudiciais à população de idosos durante a pandemia da COVID-19? Para responder essa questão, o objetivo

geral, corresponde: analisar os impactos positivos e negativos da pandemia por COVID-19 para os idosos, sendo os objetivos específicos: Analisar os impactos do lockdown na vida dos idosos; identificar as estratégias utilizadas pela família e pelo Estado para atenuar os impactos causados; identificar o papel dos profissionais de Serviço Social no atendimento ao idoso na pandemia.

Desse modo, essa pesquisa torna-se relevante para uma melhor compreensão do isolamento social na terceira idade, onde mesmo sendo uma medida necessária, pode gerar consequências negativas à saúde mental das pessoas por alterando drasticamente a rotina devido à necessidade de distanciar-se fisicamente das pessoas de seu convívio social e até mesmo familiares, fazendo com que as pessoas possam se sentir mais sozinhas e ansiosas do que o normal. Diante disso, é importante atentar-se principalmente as pessoas idosas, visto que é um grupo vulnerável, tanto para o desenvolvimento de complicações oriundas da covid-19 quanto para a dinâmica social na qual está inserido.

MÉTODOS

Este trabalho trata-se de uma pesquisa com abordagem quantitativa, que corresponde à busca de dados quantitativos e dados qualitativos em que essa junção traz a interpretação de informações quantitativas e qualitativas atuando juntas para a descrição dos objetivos propostos.

9347

Assim, condizente com a pesquisa quantitativa, terá como base a revisão bibliográfica, realizado com base nas últimas décadas em sites de busca científicos. A busca seguiu os seguintes critérios de inclusão: 1) ter sido publicado no período de 2000 a 2022; 2) objetivo claro e ser fiel ao estudo realizado; 3) ser baseado na literatura anterior; 4) conclusão de acordo com o encontrado. Os descritores usados como palavras-chave em português foram: abandono, pandemia, idosos, vulnerabilidade social.

Já a verificação e quantificação dos idosos infectados ou até mortos durante a pandemia foi realizada nos principais sites jornalísticos no período pandêmico de 2020-2021. Essas informações serão distribuídas em tabelas e gráficos assim como os dados do IBGE referente à vulnerabilidade dos idosos no mesmo período.

RELAÇÃO DA COVID-19 COM A POPULAÇÃO

Entre as populações mais vulneráveis e impactadas pela COVID-19, destacam-se os idosos. Com o avanço da idade, as defesas do organismo ficam mais debilitadas, tornando essa faixa etária mais suscetível a complicações e mortalidade em decorrência da doença. Além disso,

muitos idosos possuem outras doenças crônicas, como diabetes e hipertensão, que aumentam ainda mais o risco de complicações por COVID-19.

Desde o primeiro relato sobre a existência de um novo vírus com alto potencial de letalidade, a presença da doença coronavírus impactou diretamente a vida de toda população mundial, gerando pânico e desespero pela falta de conhecimento e domínio da situação, afetando consequentemente todas as esferas, áreas e locais do mundo (ROMERO et al, 2021).

Durante a pandemia observou-se que a população de modo geral por não ter conhecimento a respeito da nova doença existente continuaram desenvolvendo suas funções sociais e laborativas normalmente, ao passo que buscavam se proteger e evitar a contaminação, em uma fase em que as pessoas demonstravam medo, temor e desespero, porém com a convicção de que a vida, o dia-a-dia precisava continuar em pleno vapor.

No entanto, para a população idosa, o uso de máscaras e outras medidas de prevenção eram considerados ainda mais importantes, dada a sua maior vulnerabilidade à doença. Além disso, a pandemia afetou significativamente o bem-estar emocional dos idosos, já que muitos tiveram que se isolar de seus familiares e amigos para evitar o risco de infecção. Porém a solidão e o isolamento social podem ter consequências negativas para a saúde mental e física dos idosos, aumentando ainda mais a necessidade de cuidados e suporte por parte da família e da sociedade.

9348

No entanto, para a população idosa, a adaptação a essas mudanças pode ter sido mais difícil. Muitos idosos não estão familiarizados com as tecnologias digitais e podem ter tido dificuldades em acessar serviços e informações online. Além disso, a necessidade de isolamento social pode ter aumentado o risco de isolamento social e abandono de idosos que vivem sozinhos ou em instituições de cuidados.

Muitos hábitos tiveram que ser modificados em todos os setores de forma brusca para que o mundo não precisasse parar completamente, adotando medidas novas e impulsionando o crescimento e avanço da tecnologia e da internet, fazendo com que a medida de isolamento social pudesse funcionar (ROMERO et al., 2021).

É importante destacar a necessidade de oferecer suporte e soluções adequadas para a população idosa durante a pandemia, como acesso a serviços e informações em formatos adaptados às suas necessidades, assim como cuidados de saúde mental e suporte emocional.

Foi necessário realizar mudanças abruptas em diversos setores para evitar a paralisação total do mundo, adotando novas medidas e impulsionando o crescimento e avanço da tecnologia e da internet. Isso possibilitou o funcionamento das medidas de isolamento social. É

fundamental ressaltar a importância de fornecer suporte e soluções adequadas para a população idosa durante a pandemia, incluindo acesso a serviços e informações adaptados às suas necessidades, além de cuidados de saúde mental e apoio emocional.

A disseminação veloz do vírus que resultou em uma pandemia global expôs certos grupos a uma maior vulnerabilidade e a um maior risco de desenvolver a doença. Especificamente, as pessoas com condições respiratórias e cardíacas e os idosos foram os mais impactados, registrando uma alta taxa de mortalidade.

A rápida propagação do vírus que desencadeou uma pandemia mundial tornou grupos específicos mais vulneráveis e com fatores de risco maiores para o desenvolvimento da doença. O grupo de pessoas com problemas respiratórios e cardíacos e de pessoas idosas, foram as mais afetadas e onde houve alta taxa de mortalidade (LORENZO et al., 2020).

A pandemia também revelou a importância das relações familiares para a população idosa. Com as restrições de visitas em instituições de cuidados e a necessidade de isolamento social, muitos idosos podem ter se sentido ainda mais isolados e solitários. Por outro lado, aqueles que vivem com suas famílias tiveram que se adaptar a novas dinâmicas de convivência, muitas vezes com um maior envolvimento e cuidado dos familiares em relação aos idosos.

Diante das transformações necessárias em todos os setores da sociedade, as relações familiares também foram impactadas e tiveram que se ajustar à nova realidade. O convívio familiar precisou passar por modificações, resultando em um aumento do afeto entre os membros da família. No entanto, muitos idosos e outras pessoas foram isolados e separados de seus familiares, sendo comum o idoso ser afetado por essa situação.

Com as mudanças exigidas em todos os setores da sociedade, o âmbito das relações familiares também teve que passar por mudanças e se adaptar a nova realidade, assim o convívio familiar precisou passar por modificações e acabou aumentando o afeto entre os membros da família, porém, muitas outras foram isoladas e separadas do seio familiar, sendo comum essa pessoa ser o idoso (ROMERO et al, 2021).

Dessa forma, a pandemia trouxe à tona a importância de proteger e cuidar da população idosa, não apenas durante a crise sanitária, mas também em tempos normais, sendo importante ressaltar a necessidade de garantir que os idosos possam ter acesso ao suporte e ao convívio familiar adequados durante a pandemia, seja por meio de visitas seguras ou por outros meios, de forma a garantir sua saúde física e mental.

A pandemia da COVID-19 revelou e agravou as desigualdades sociais e de saúde, em especial para a população idosa. O isolamento social e as medidas restritivas afetaram de forma desproporcional os idosos que vivem em condições socioeconômicas mais precárias e que têm menos acesso a serviços de saúde e cuidados adequados. Além disso, muitos idosos foram obrigados a trabalhar ou continuar trabalhando para garantir sua subsistência, colocando-se em maior risco de exposição à doença.

Durante a pandemia, a redução das desigualdades sociais e de saúde é fundamental, especialmente quando se trata da população idosa que tem sido muito afetada pelo COVID-19. Para alcançar esse objetivo, é necessário garantir que todos tenham acesso a cuidados adequados, investir em políticas de proteção social e inclusão digital e promover a solidariedade e a justiça social. Isso requer um esforço coordenado e integrado entre governos, organizações da sociedade civil, setor privado e cidadãos comuns.

Ainda é importante destacar que essa é uma tarefa que não se limita apenas à pandemia, mas também deve ser uma prioridade a longo prazo. Investir na redução das desigualdades sociais e de saúde é fundamental para garantir a proteção e a qualidade de vida da população idosa e de outras camadas vulneráveis da sociedade. É necessário um compromisso contínuo para fortalecer o sistema de saúde, garantir o acesso a serviços e recursos adequados, e fomentar a inclusão social e a participação cidadã. Somente assim será possível construir uma sociedade mais justa e equitativa para todos.

9350

Outra observação feita no contexto da pandemia devido a COVID-19 é de que públicos específicos foram afetados em maior intensidade, como o idoso, que passou a sofrer mais com o abandono e isolamento. Com isso, podemos constatar que a doença seria uma causadora do aumento na desigualdade social e de saúde (SILVA et al, 2020).

A POPULAÇÃO DE IDOSOS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou em março de 2020 que a pandemia da COVID-19 havia começado. As primeiras observações indicavam que pessoas acima de 60 anos eram mais suscetíveis à doença. Além disso, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), a taxa de mortalidade entre idosos poderia mais que dobrar, uma vez que, à medida que o vírus se espalha, os sistemas de saúde poderiam entrar em declínio e, assim, enfraquecer os sistemas de proteção social (HEILBORN et al., 2020).

Além disso, a Organização das Nações Unidas (ONU) alertou que a taxa de mortalidade entre os idosos poderia mais que dobrar, uma vez que o avanço do vírus poderia sobrecarregar os sistemas de saúde e enfraquecer os mecanismos de proteção social. Esses fatores ressaltam a necessidade de medidas de proteção e cuidado específicas para essa faixa etária.

Nessa mesma perspectiva, é importante destacar que os idosos, além do perigo iminente de falecimento resultante da infecção pelo COVID-19, são inseridos no contexto social como um grupo especialmente vulnerável ao risco de empobrecimento, privação de apoio social, estigmatização, discriminação e isolamento social. Essas condições adversas podem comprometer de maneira significativa a qualidade de vida e o bem-estar desses indivíduos, demandando uma atenção especial por parte da sociedade e das políticas públicas.

Para além da ameaça de óbito relacionada à infecção pelo COVID-19, os indivíduos idosos integram o segmento populacional mais suscetível ao perigo de empobrecimento, carência de suporte social, estigma, discriminação e isolamento. Esses fatores de vulnerabilidade social impactam negativamente a qualidade de vida e o bem-estar dessas pessoas, demandando atenção especial por parte da sociedade e das políticas públicas.

Sob essa mesma ótica, além do perigo de falecimento decorrente da infecção por COVID-19, os idosos fazem parte do grupo social mais vulnerável ao risco de empobrecimento, falta de apoio social, estigmatização, discriminação e isolamento (HEILBORN et al., 2020).

Inegavelmente, os indivíduos idosos são os mais suscetíveis a falecer devido à progressão da COVID-19. Nesse sentido, as autoridades governamentais tiveram que estabelecer diretrizes e adotar ações educativas e preventivas a fim de assegurar a preservação da vida. Essas medidas foram implementadas com o intuito de proteger a população idosa e minimizar os riscos associados à doença.

Incontestavelmente, os indivíduos idosos apresentam maior vulnerabilidade ao falecimento em decorrência do avanço da COVID-19. Diante dessa realidade, os líderes governamentais se viram obrigados a adotar protocolos e outras estratégias educativas e preventivas com o objetivo de assegurar a salvaguarda da vida. Essas ações foram empreendidas visando a proteção desse grupo populacional e a redução dos riscos associados à doença.

Os indivíduos idosos apresentam maior suscetibilidade a óbitos em decorrência do avanço da COVID-19. Como resultado, as autoridades governamentais se viram compelidas a adotar protocolos e outras estratégias educativas e preventivas com o intuito de assegurar a preservação da vida nesse grupo vulnerável.

Indiscutivelmente, os idosos são o grupo mais propenso a morrer devido à evolução da COVID-19. Por isso, os governantes precisaram implementar protocolos e outras medidas educativas e preventivas para garantir a preservação da vida (FIOCRUZ, 2020).

Diante do contexto atual, foram adotadas ações preventivas visando conter a disseminação da doença, dentre elas o distanciamento social, popularmente chamado de lockdown, que consiste na limitação da mobilidade das pessoas. É importante destacar que esse conceito difere do isolamento, que se refere à prática de separar indivíduos infectados daqueles que estão saudáveis, seja em domicílio ou em ambiente hospitalar, de acordo com a condição clínica de cada pessoa.

Foram adotadas estratégias de prevenção para conter a disseminação da doença, como o distanciamento social, comumente chamado de lockdown, que envolve a limitação da mobilidade das pessoas. É importante destacar que esse conceito difere do isolamento, que consiste em separar os indivíduos doentes dos saudáveis, seja no ambiente domiciliar ou hospitalar, de acordo com a condição clínica de cada pessoa.

No cenário atual, foram estabelecidas medidas preventivas para conter a propagação da doença, incluindo o distanciamento social, também conhecido como lockdown, que implica na restrição da circulação de pessoas. Esse conceito difere do isolamento, que se refere à prática de separar indivíduos doentes daqueles que estão saudáveis, seja em casa ou em um ambiente hospitalar, dependendo do estado clínico da pessoa (SILVA et al., 2020).

Durante uma pandemia como a COVID-19, cabe à família a responsabilidade de adotar medidas de saúde visando proteger os idosos. O cuidado familiar é um direito essencial que assegura a vida, integridade, segurança e dignidade desses indivíduos. É dever da família assumir o papel de cuidadora e tomar decisões relacionadas à preservação da saúde e da vida dos idosos.

Em tempos de pandemia, como a causada pela COVID-19, cabe à família adotar medidas de higiene e segurança visando proteger os idosos. O cuidado familiar é um direito essencial que assegura a preservação da vida, integridade, segurança e dignidade desses indivíduos. A família desempenha o papel de cuidadora, assumindo a responsabilidade pela tomada de decisões que envolvem a manutenção da saúde e da vida dos idosos.

Em uma pandemia como a COVID-19, a família tem a responsabilidade de implementar medidas sanitárias para proteger os idosos. O cuidado familiar é um direito fundamental que garante a vida, integridade, segurança e dignidade desses indivíduos. A família deve assumir o papel de cuidadora e ser responsável pela tomada de decisões relacionadas à manutenção da saúde e da vida dos idosos (SOUZA et al., 2021).

A pandemia desencadeou uma série de eventos e circunstâncias desafiadoras, uma vez que idosos e portadores de doenças crônicas geralmente possuem imunidade reduzida, tornando-os mais vulneráveis à infecção pelo vírus e suas complicações. Com base em fundamentos científicos e uma abordagem humanizada, o distanciamento social é uma estratégia para deter a disseminação da doença e proteger aqueles que são mais vulneráveis.

A imposição do distanciamento social obrigatório desorganizou a rotina de todos, principalmente dos idosos, afetando diretamente o acesso aos cuidados de saúde e à assistência familiar. Souza et al. (2021) demonstraram em seu estudo que o grupo dos idosos foi, de fato, considerado o mais vulnerável.

A adoção do distanciamento social resultou na quase completa exclusão social dos idosos. Especialistas em gerontologia criticam o abandono enfrentado por essas pessoas, mas, dentro desse novo contexto, as interações e contatos sociais foram considerados como medidas de proteção.

O distanciamento social praticamente rompeu a inclusão social dos idosos. Os especialistas em gerontologia condenam o abandono dessas pessoas, porém, nesse novo contexto, as relações e contatos sociais foram considerados medidas de proteção. (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

No entanto, embora sejam consideradas ações necessárias no enfrentamento da pandemia, o isolamento dos idosos pode aumentar os níveis de estresse, ansiedade e depressão. Como resultado, a qualidade de vida saudável dos idosos foi comprometida neste cenário pandêmico, uma vez que o isolamento foi uma das primeiras medidas a serem adotadas e ainda teve falhas em sua implementação. No entanto, muitas famílias foram cuidadosas e se tornaram o centro das preocupações e da adoção dos melhores cuidados.

A implementação do distanciamento social levou os idosos a vivenciarem uma exclusão social quase total. Especialistas em gerontologia lamentam o abandono enfrentado por essa parcela da população. No entanto, nesse novo contexto, as interações e os contatos sociais foram reconhecidos como medidas de proteção necessárias.

Porém, há autores que apontam casos de abandono camuflados como cuidado. A pandemia impactou significativamente a renda familiar, intensificando as desigualdades sociais e de saúde, e desestruturando as relações familiares. Conforme Romero et al. (2021), os problemas enfrentados pela população idosa foram ampliados, uma vez que já eram presentes na sociedade.

O confinamento distanciou muitas famílias em prol da minimização dos riscos de contaminação do Sars-COV-2. Com isso, o sentimento de solidão provocou reações negativas em grande parte dos idosos.

Morar sozinho e envelhecer são considerados os fenômenos demográficos mais relevantes das últimas décadas 21. A pandemia atual e as recomendações de distanciamento que vieram a seguir aumentaram a consciência pública sobre os impactos psicológicos das medidas de distanciamento social e da solidão que muitas pessoas estão experimentando. Na vida cotidiana de muitos idosos esse sentimento é comum, entretanto, silenciado pela sociedade (ROMERO et al., 2021, p.10).

Os estudos conduzidos por Romero et al. (2021) evidenciam que muitos idosos foram abandonados durante a pandemia, o que gerou um sentimento de solidão que aumentou os danos à saúde física e mental. No entanto, é importante destacar que o distanciamento social não deve ser confundido com solidão ou abandono, já que as medidas adotadas para o enfrentamento da pandemia visaram proteger grupos vulneráveis e reduzir a propagação do vírus.

No território brasileiro, o registro do primeiro caso de COVID-19 ocorreu em 26 de fevereiro, envolvendo um indivíduo idoso que havia realizado uma viagem à Itália. A análise dos dados tanto em âmbito local quanto global revelou que a maioria dos casos da doença afetou a população adulta, sendo que a taxa de mortalidade foi mais elevada entre os idosos.

No Brasil, o primeiro caso de COVID-19 foi registrado em 26 de fevereiro em um idoso que havia viajado para a Itália. A análise dos dados locais e globais indicou que a maioria dos casos da doença ocorreu na população adulta, sendo que a mortalidade foi maior na faixa etária dos idosos (SHAHID et al., 2020).

O aumento da proporção de idosos na população é um fenômeno observado com frequência nos países em desenvolvimento. Infelizmente, é lamentável constatar que muitos casos de violência contra os idosos são decorrentes de negligência, seja por parte do próprio idoso ou por ações praticadas por membros da família. Esse comportamento pode ser atribuído ao fato de que as vítimas tendem a minimizar a gravidade da situação e também têm receio de serem abandonadas em instituições de cuidados ou negligenciadas em ambientes hospitalares.

Essa conduta pode ser compreendida pelo fato de as vítimas subestimarem a seriedade da situação e também por receio de serem deixadas de lado em residências de cuidados ou negligenciadas em ambientes hospitalares.

O envelhecimento populacional é um fenômeno que tem se tornado cada vez mais comum nos países em desenvolvimento. Infelizmente, grande parte dos casos de violência contra idosos ocorre por negligência própria ou por ação de um membro da família. Esse comportamento pode ser explicado pelo fato das vítimas minimizarem a gravidade da situação e também por receio de serem abandonados em casas de repouso ou esquecidos em hospitais (CRUZ et al., 2016).

É relevante ressaltar que as dificuldades se acentuam quando ocorre uma deterioração da saúde dos idosos, especialmente daqueles que são diagnosticados com enfermidades crônicas,

resultando em internações recorrentes. Frequentemente, essas alterações persistem mesmo após a alta hospitalar, demandando a adaptação da dinâmica familiar e a adoção de novos hábitos de vida para lidar com as limitações e os tratamentos necessários.

É fundamental ressaltar que, quando os idosos são diagnosticados com doenças crônicas que resultam em internações frequentes, os desafios se intensificam. É importante destacar que essas mudanças não se encerram com a alta hospitalar, exigindo a adaptação da rotina familiar e a modificação dos hábitos de vida para lidar com as limitações decorrentes das incapacidades e dos tratamentos.

É importante destacar que os desafios se intensificam quando há um agravamento na saúde dos idosos, principalmente naqueles diagnosticados com doenças crônicas, levando a internações frequentes. Muitas vezes, essas mudanças não cessam após a alta hospitalar, sendo necessário ajustar a rotina familiar e modificar hábitos de vida para lidar com as incapacidades e tratamentos (BIEGER et al., 2013).

Apesar de não ser um fenômeno recente, a questão do abandono de idosos ganhou maior visibilidade durante a pandemia da COVID-19, revelando uma situação ainda mais grave de vulnerabilidade nesse grupo. Observou-se um aumento significativo no número de vítimas, principalmente entre aqueles que não possuíam acesso adequado aos cuidados básicos de saúde.

9355

Os grupos considerados de risco, mais suscetíveis e vulneráveis, foram particularmente afetados, destacando-se os idosos abandonados por suas próprias famílias, o que resultou em um crescimento alarmante desses índices, aumentando conseqüentemente a preocupação em torno desse contexto.

Embora o abandono de idosos não seja um problema novo, a pandemia da COVID-19 evidenciou um quadro ainda mais grave de vulnerabilidade nesse grupo, com um aumento significativo do número de vítimas, especialmente entre aqueles que não tinham acesso a condições básicas de saúde. Os grupos de risco, mais propensos e vulneráveis, foram os mais afetados, com destaque para os idosos abandonados por suas famílias, o que resultou em um aumento desses índices (COSTA et al., 2020).

Quando um idoso é abandonado pela família, outros problemas sociais emergem. Nesse contexto, cabe ao serviço social, por meio de sua função política e educativa, promover e divulgar os direitos garantidos por lei aos idosos, além de trabalhar com as particularidades e singularidades desses indivíduos.

O processo de envelhecimento em nações em desenvolvimento apresenta desafios significativos, e infelizmente temos testemunhado um agravamento da situação de isolamento e dependência enfrentada pelos idosos. Essa realidade tem impactado negativamente a qualidade de vida desses indivíduos. Diante desse contexto pandêmico, torna-se crucial realizar estudos abrangentes sobre o abandono de idosos, com uma abordagem crítica, a fim de compreender melhor essa questão e buscar soluções efetivas.

Envelhecer em países em desenvolvimento é uma tarefa árdua e lamentavelmente, a situação de isolamento e dependência dos idosos está se agravando. Como resultado, a qualidade de vida desses indivíduos tem sido prejudicada. Portanto, é fundamental realizar estudos críticos sobre o abandono de idosos, considerando o contexto pandêmico em que vivemos (VIEGAS; BARROS, 2016).

ISOLAMENTO SOCIAL E SEUS REFLEXOS NA VIDA DOS IDOSOS NA PANDEMIA

O distanciamento social se diferencia do isolamento social, já que o primeiro visa evitar o contato físico entre pessoas, mantendo uma distância de pelo menos um metro e meio, enquanto o segundo ocorre quando há um aumento rápido e significativo de casos em um determinado local e período (SILVA et al., 2020).

9356

Ao longo da pandemia, os indivíduos idosos têm enfrentado um maior risco de experimentar sintomas de ansiedade e depressão devido ao estresse psicológico vivenciado. O isolamento social prolongado pode contribuir para um aumento significativo da solidão, assim como aumentar a prevalência de condições como demência, delírio e até mesmo o risco de suicídio.

O isolamento social, ao ser adotado como medida de prevenção durante a pandemia, pode desencadear e agravar diversos problemas de saúde mental e emocional. Entre os efeitos negativos, destacam-se o aumento da prevalência de sentimentos de solidão, o desenvolvimento ou a progressão de quadros de demência e delírio, além do potencial aumento do risco de suicídio. A falta de interações sociais, o afastamento de familiares e amigos, bem como a redução das atividades e estímulos externos podem desencadear um impacto significativo na saúde mental dos indivíduos, especialmente entre os mais vulneráveis.

Com isso, é crucial que sejam implementadas estratégias e políticas que visem mitigar esses efeitos adversos, garantindo suporte emocional, acesso a serviços de saúde mental e a promoção de mecanismos de apoio social durante períodos de isolamento prolongado. Durante a pandemia,

os idosos apresentaram maior probabilidade de desenvolver ansiedade e depressão devido ao estresse psicológico vivenciado. O isolamento social pode aumentar a prevalência de solidão, demência, delírio e suicídio (Mobasseri et al., 2020).

Como consequência desses sentimentos adversos, observou-se um considerável aumento na incidência de transtornos psicológicos, afetando particularmente aqueles que enfrentam o isolamento social sem o suporte de uma rede de apoio sólida. Essa situação vulnerável torna esses indivíduos mais propensos a desenvolverem transtornos psicológicos, aumentando assim a necessidade de intervenções e suporte adequados para preservar sua saúde mental. Essas emoções negativas resultaram em um aumento significativo de novos casos de transtornos psicológicos, tornando a população que não tem uma rede de apoio presente durante e após o isolamento social mais suscetível a esses transtornos (SILVA, 2020).

As consequências do isolamento social podem ser devastadoras para a saúde mental das pessoas. O distanciamento prolongado de familiares, amigos e atividades sociais pode levar ao aumento da solidão, ansiedade e depressão. Além disso, a falta de interações sociais significativas pode contribuir para o desenvolvimento de transtornos psicológicos, como estresse pós-traumático e síndrome do pânico.

É importante reconhecer que as emoções negativas resultantes do isolamento social podem afetar significativamente a qualidade de vida das pessoas. A solidão prolongada pode levar a sentimentos de desesperança, isolamento emocional e falta de sentido na vida. Esses efeitos podem ser ainda mais agravados em indivíduos que já possuem vulnerabilidades pré-existentes, como histórico de doenças mentais, baixo suporte social ou condições socioeconômicas desfavoráveis. Portanto, é essencial que sejam implementadas estratégias de apoio psicossocial para mitigar esses impactos e promover o bem-estar mental durante períodos de isolamento social.

Os níveis de ansiedade, solidão e tristeza durante a pandemia foram mais altos entre as mulheres idosas do que entre os homens idosos, o que reflete uma sociedade ainda marcada por altos índices de desigualdade de gênero, uma vez que as mulheres frequentemente enfrentam sobrecarga em outros momentos (ROMERO et al., 2021).

A alta taxa de mortalidade entre os idosos durante a pandemia de COVID-19 não foi apenas resultado da vulnerabilidade desse grupo, mas também devido a uma longa história de negligência. O estado de saúde da população idosa no Brasil apresenta um elevado risco de complicações graves decorrentes da doença.

A elevada letalidade entre os idosos durante a pandemia de COVID-19 não ocorreu somente por se tratar de uma população vulnerável, mas também devido a um longo histórico de negação. O perfil de saúde da população idosa brasileira apresenta um alto risco à gravidade da doença (ROMERO et al., 2021).

Essa faixa etária apresenta uma elevada prevalência de condições médicas crônicas, tais como diabetes, hipertensão arterial, doenças respiratórias crônicas, problemas cardíacos e câncer, o que torna a vulnerabilidade socioeconômica dos idosos ainda mais acentuada. Além disso, a demora no diagnóstico precoce da COVID-19 agravou a situação de cuidado e proteção dos indivíduos idosos.

A alta mortalidade entre os idosos durante a pandemia de COVID-19 é resultado não apenas de sua vulnerabilidade como grupo, mas também de uma negligência histórica. No Brasil, a população idosa apresenta um perfil de saúde com alto risco de complicações, devido à presença de comorbidades como diabetes, hipertensão, doenças respiratórias crônicas, doenças cardíacas e câncer. Isso fragiliza ainda mais sua proteção socioeconômica.

Além disso, a ausência de uma identificação precoce e eficiente do vírus por meio de testes diagnósticos agravou consideravelmente a situação de cuidado e proteção dos idosos, tornando-os mais vulneráveis e propensos a sofrerem os impactos adversos decorrentes da doença. A falta de uma detecção oportuna do vírus contribuiu para um cenário desafiador no que se refere à implementação de medidas de isolamento e tratamento adequado, o que acarreta um maior risco de contágio e complicações graves para essa faixa etária.

Essa população possui uma alta incidência de doenças crônicas, incluindo diabetes, hipertensão, doenças respiratórias crônicas, doenças cardíacas e câncer, o que torna a proteção socioeconômica dos idosos ainda mais frágeis. Além disso, a falta de diagnóstico precoce do novo coronavírus agravou a situação de cuidado e proteção dos idosos (ROMERO et al., 2021).

Nesse contexto, a deficiência na detecção precoce da COVID-19 entre os idosos amplia ainda mais a necessidade de ações efetivas de monitoramento, prevenção e cuidado, visando minimizar os efeitos negativos e preservar a saúde e o bem-estar desses indivíduos vulneráveis.

A vulnerabilidade dos idosos durante a pandemia está diretamente relacionada à falta de uma rede de apoio familiar e à quantidade de casos, o que pode resultar em um aumento de mortes. Uma pesquisa realizada por BARBOSA et al. (2020) observou as características populacionais e o número de casos e óbitos por COVID-19 nos estados brasileiros, e mostrou que São Paulo foi o estado com o maior número de casos e óbitos no país.

A Tabela 1, elaborada por Barbosa e colaboradores, representam os dados de casos e óbitos por estados.

Estado	Casos Totais	Óbitos Totais	Casos Idosos	Óbitos Idosos	Proporção De Casos	Proporção De Óbitos	Pop. Total	Pop. Idosos
São Paulo	82161	6163	-	4495	-	72,94%	45.919.049	6.993.969
Rio de Janeiro	39298	4105	5823	2801	14,82%	68,23%	17.264.943	2.893.098
Ceará	35947	2330	6896	1602	19,18%	68,76%	9.132.078	1.148.430
Pernambuco	27759	2200	4546	1853	16,38%	84,23%	9.557.071	1.213.174
Amazonas	29867	1758	2091	662	7,00%	37,66%	4.144.597	311.473
Pará	26077	2375	5830	1673	22,36%	70,44%	8.602.865	763.716
Maranhão	22786	784	4063	560	17,83%	71,43%	7.075.181	722.295
Bahia	13899	460	542	306	3,90%	66,52%	14.873.064	1.919.264
Espírito Santos	10007	447	1678	327	16,77%	73,15%	4.018.650	566.931
Paraíba	7823	272	-	174	-	63,97%	4.018.127	546.557
Santa Catarina	6696	105	919	74	13,72%	70,48%	7.164.788	1.043.218
Minas Gerais	6668	226	1091	171	16,36%	75,51%	21.168.791	3.315.874
Rio Grande do Sul	6470	180	1151	152	17,79%	84,04%	11.377.239	2.069.569
Distrito Federal	5902	98	795	74	13,47%	75,51%	3.015.268	328.379
Alagoas	6214	316	1087	215	17,49%	68,04%	3.337.357	370.746
Sergipe	5314	93	507	59	9,54%	63,44%	2.298.696	253.134
Rio Grande do Norte	4709	184	779	118	16,54%	64,13%	3.506.853	445.618
Piauí	3550	110	644	77	18,14%	70,00%	3.273.227	411.268
Paraná	3212	153	595	106	18,52%	69,28%	11.433.957	1.712.479
Rondônia	3201	121	359	73	11,22%	60,33%	1.777.225	169.913
Goiás	2518	96	401	66	15,93%	68,75%	7.018.354	836.663
Roraima	2514	86	198	43	7,88%	50,00%	605.761	41.240

9359

Fonte: BARBOSA et al (2020).

Outra vertente, diz respeito às desigualdades sociais uma vez que houve uma maior incidência e mortalidade por COVID-19 entre idosos nos estados mais pobres do Brasil, refletindo assim problemas que outrora estavam disfaçados e a pandemia trouxe a debates (BARBOSA, et al (2020).

Os estados da região Norte do país, por exemplo, foram considerados um dos menos desenvolvidos do Brasil, e que, nessa emergência sanitária tiveram picos gravíssimos de falta até mesmo de produtos essenciais ao tratamento sobregarregando assim, o sistema de saúde local. O que pode ser observado na tabela 2 elaborada por Barbosa e colaboradores (2020).

Tabela 2- incidência e mortalidade por COVID-19

Estado	Incidência Acumulada*	Mortalidade Acumulada*	Letalidade Acumulada*
São Paulo	-	64,27	-
Rio de Janeiro	201,27	96,82	48,10%
Ceará	600,47	139,49	23,23%
Pernambuco	374,72	152,74	40,76%
Amazonas	671,33	212,54	31,66%
Pará	763,37	219,06	28,70%
Maranhão	562,51	77,53	13,78%
Bahia	28,24	15,94	56,46%
Espírito Santos	295,98	57,68	19,49%
Paraíba	-	31,84	-
Santa Catarina	88,09	7,09	8,05%
Minas Gerais	32,90	5,16	15,67%
Rio Grande do Sul	55,62	7,34	13,21%
Distrito Federal	242,10	22,53	9,31%
Alagoas	293,19	57,99	19,78%
Sergipe	200,29	23,31	11,64%
Rio Grande do Norte	174,81	26,48	15,15%
Piauí	156,59	18,72	11,96%
Paraná	34,74	6,19	17,82%
Rondônia	211,28	42,96	20,33%
Goiás	47,93	7,89	16,46%
Roraima	480,12	104,27	21,72%

Fonte: Barbosa et al (2020).

PAPEL DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL NO ATENDIMENTO AO IDOSO NA PANDEMIA

A pandemia da COVID-19 trouxe consigo um impacto significativo na vida da população idosa, que representa um grupo vulnerável diante da doença. Nesse contexto, a política de assistência social assume um papel crucial no amparo e na garantia dos direitos desses cidadãos.

A gestão da política de assistência social tem como princípio fundamental a inclusão e participação ativa de todos os atores envolvidos, colocando os usuários da assistência social como os principais agentes dessa política. No entanto, diante da reestruturação do sistema de proteção social no Brasil, influenciada por ideais neoliberais, torna-se evidente que a fragilização das funções públicas e a desarticulação do Estado têm impactos negativos no campo socioassistencial.

A administração do trabalho da política de assistência social prevê e garante a participação de todos os envolvidos, considerando os usuários da assistência social como os verdadeiros protagonistas dessa política. No entanto, com a reorganização do sistema de proteção social brasileiro, devido às divisões causadas pelas ideias neoliberais, é possível notar que a enfraquecimento das funções públicas e a desestruturação do Estado afetam negativamente o campo socioassistencial (RAICHELIS, 2011).

As políticas neoliberais têm promovido um enfraquecimento do papel do Estado como provedor de serviços sociais e têm priorizado a lógica de mercado, resultando em uma redução dos recursos e investimentos destinados à assistência social e em uma maior precarização das condições de trabalho e atendimento nessa área.

Também é notório que as tendências neoliberais atacam profundamente o mundo do trabalho, além de afetar a proteção social brasileira. Como resultado, mudanças ocorrem no mundo do trabalho a partir do processo de reestruturação produtiva e de acumulação flexível, que trazem novos formatos para as relações de trabalho.

No entanto, essas mudanças trazem consequências negativas para a classe trabalhadora, uma vez que intensificam os níveis de exploração e precarização do trabalho e despojam essa classe de seus direitos sociais. Essas mudanças também interferem nas formas de mobilização e organização política dos trabalhadores (ANTUNES, 2020).

As transformações em curso têm impactos desfavoráveis sobre a classe trabalhadora, aprofundando os níveis de exploração e deterioração das condições de trabalho, além de comprometer os direitos sociais dessa classe. Essas mudanças também interferem nas dinâmicas de mobilização e no exercício da organização política por parte dos trabalhadores.

As medidas adotadas, impulsionadas por uma agenda neoliberal, contribuem para a fragilização dos sindicatos e limitam a capacidade de resistência coletiva, dificultando a defesa dos interesses e demandas dos trabalhadores. O enfraquecimento dos direitos trabalhistas e a instabilidade no mercado de trabalho aumentam as disparidades sociais e acentuam as desigualdades econômicas, agravando a situação da classe trabalhadora.

Também é importante destacar as consequências da pandemia do COVID-19 no contexto brasileiro, especialmente em relação às políticas públicas sociais. Além da crise sanitária, socioeconômica e do crescente aumento da precarização do trabalho, incluindo o trabalho remoto, a pandemia mostra outras faces da crise estrutural do capital. Como mencionado anteriormente (SANTOS, 2020).

É fundamental ressaltar as implicações da pandemia de COVID-19 no contexto brasileiro, especialmente no que diz respeito às políticas públicas sociais. Além dos impactos na saúde pública e na economia, a crise revela outras dimensões da crise estrutural do sistema capitalista.

A precarização do trabalho, incluindo o aumento do trabalho remoto, é uma das manifestações dessa crise, aprofundando as desigualdades e a vulnerabilidade da classe trabalhadora. Nesse contexto, as políticas públicas sociais enfrentam desafios adicionais para garantir o acesso aos direitos básicos, como saúde, educação e assistência social, ampliando a necessidade de ações governamentais efetivas e de uma reestruturação do sistema de proteção social para enfrentar os impactos da pandemia.

Esse cenário atual favorece a ideia do Estado mínimo e contribui para uma abordagem descompromissada, especialmente em relação ao setor social (NETTO, 1996). Esse contexto transforma a vida como um todo, evidenciando a lógica conservadora que domina a realidade social do país, devido ao aumento desenfreado das desigualdades em diversas áreas (BEHRING, 2008).

Santos (2020) destaca que os idosos estão entre os grupos mais vulneráveis à pandemia, mas essa vulnerabilidade não é igual para todos, pois enquanto alguns pertencem a famílias economicamente favorecidas, muitos acabam sendo deixados em lares, asilos e casas de repouso. Dependendo das posses próprias ou da família, esses alojamentos podem variar de instalações de luxo a depósitos de lixo humano. É importante ressaltar que, em muitas famílias pobres, se os avós morrerem, as crianças correm um risco muito alto de desnutrição, fome e, finalmente, morte.

Os idosos são um dos principais grupos beneficiados pela política de assistência social, principalmente por meio do Benefício de Prestação Continuada (BPC), regulamentado pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007. Esse benefício consiste na concessão de um salário-mínimo mensal para pessoas com deficiência e idosos com 65 anos ou mais, que comprovem não ter meios de prover a própria subsistência e/ou de tê-la provida por sua família.

A principal missão do Serviço Social é enfrentar as múltiplas manifestações da problemática social, levando em consideração seus aspectos culturais e políticos. Nesse sentido, é evidente a interligação entre o capital e o trabalho, bem como o fortalecimento do sujeito, que se reflete na vida das pessoas pertencentes a diferentes estratos sociais.

Dentre as diversas áreas em que os assistentes sociais exercem sua atuação profissional, é fundamental ressaltar a intervenção no campo da saúde como uma esfera de grande relevância e complexidade. Nesse âmbito, a atuação dos assistentes sociais é crucial para garantir o acesso aos serviços de saúde, promover a equidade no atendimento e assegurar uma abordagem humanizada aos usuários do sistema de saúde.

O Serviço Social tem como objetivo principal enfrentar as várias expressões da questão social, considerando seus aspectos culturais e políticos. Nesse sentido, tornam-se evidentes e estreitas as relações entre capital e trabalho, bem como o fortalecimento do sujeito, que se manifestam na vida dos indivíduos de diferentes segmentos sociais. Dentre as diversas áreas de atuação do assistente social, destaca-se a atuação na área da saúde como um espaço privilegiado que exige profissionalismo e humanização (PEREIRA, 2017).

A intervenção do assistente social no campo da saúde envolve a realização de avaliações sociais, o acompanhamento de pacientes e suas famílias, a articulação com outros profissionais de saúde, a mediação de conflitos e a promoção de ações que visam a melhoria das condições de vida e saúde das pessoas. Para desempenhar essa função, é necessário um profissionalismo sólido, embasado em conhecimentos teóricos e práticos, além de habilidades de escuta, acolhimento, empatia e ética.

No campo da saúde, os assistentes sociais desempenham um papel fundamental e imprescindível na defesa e garantia do direito à saúde para todos os indivíduos. Sua atuação se estende além da prestação de serviços e engloba a promoção do bem-estar e o estabelecimento de condições que visam alcançar uma sociedade mais justa e igualitária.

A pandemia da covid-19 gerou um mundo com impactos significativos em diversas dimensões da sociedade. Entre as medidas adotadas para conter a propagação da doença, destacou-se o isolamento e distanciamento social. Nesse contexto, os profissionais da Assistência Social tiveram um papel fundamental na intermediação de contato entre médicos, paciente e familiar. O assistente social desempenha a função de estabelecer um vínculo com o paciente, além de prestar assistência aos familiares, humanizando a área hospitalar (BEHRING, 2008).

Demonstrando dessa forma que o preparo desse profissional, é concomitante à contemporaneidade. Revelando assim, que o profissional esteja preparado para o enfrentamento das demandas atuais. Sendo constantes as transformações da sociedade, impactando diretamente a vida dos sujeitos.

RESULTADOS

O aumento da população idosa em todo o mundo é uma realidade crescente, em grande parte devido aos avanços em medidas protetivas e medicinal. O Ministério da Saúde (2006) prevê que o aumento do número de idosos deve ser acompanhado de mudanças nos modos de pensar e viver. A saúde é um fator chave nesse processo, não apenas a física, mas também a mental. No entanto, a velhice está diretamente relacionada à qualidade de vida dos idosos, uma vez que implica na perda de autonomia.

Os profissionais de diferentes áreas devem ser ainda mais atuantes nas medidas de prevenção à saúde, atuando na prevenção, controle e enfrentamento ao Coronavírus, principalmente no que diz respeito à saúde e ao cuidado do paciente idoso sob todos os aspectos, uma vez que assumem o papel de promotores da saúde da família (SILVA; SANTOS, 2020).

Em tempos de pandemia, é essencial que profissionais de diversas áreas intensifiquem sua atuação nas medidas de prevenção à saúde, engajando-se de forma ativa na prevenção, controle e enfrentamento do Coronavírus. Especial atenção deve ser dada ao cuidado e proteção dos pacientes idosos, abrangendo todas as dimensões de sua saúde.

Esses profissionais assumem um papel fundamental como promotores da saúde familiar, trabalhando para garantir o bem-estar e a qualidade de vida dos idosos, bem como fornecendo orientações e cuidados específicos para prevenir a contaminação e garantir uma resposta adequada diante dessa doença.

Percebe-se uma mercantilização das necessidades sociais e privatização das políticas públicas. Os serviços sociais deixam de ser direitos e se transformam em produtos que não são acessados, mas consumidos, transformando o sujeito de direitos em consumidor de um produto de acordo com sua necessidade (SIQUEIRA; TATIBANA, 2022).

Observa-se uma tendência de comercialização das necessidades sociais e privatização das políticas públicas, em que os serviços sociais deixam de ser direitos e passam a ser tratados como produtos a serem consumidos, ao invés de acessados. Isso resulta na transformação do sujeito de direitos em um mero consumidor, que busca adquirir um produto de acordo com suas necessidades.

DISCUSSÕES

No exercício de sua função, o Assistente Social é frequentemente chamado a desempenhar um papel meramente técnico de concessão de "benefícios", em vez de atuar na viabilização do

acesso aos direitos. Essa abordagem muitas vezes obriga o profissional a fazer escolhas difíceis, decidindo entre atender as necessidades de pessoas pobres ou indigentes.

Quando examinamos a pobreza como um componente intrínseco do sistema capitalista, é de suma importância abordar a variedade de indivíduos que formam a "família", uma entidade complexa e diversificada. A pobreza não afeta apenas um único perfil de família, mas se manifesta em diferentes contextos socioeconômicos, levando em consideração fatores como gênero, etnia, idade e configurações familiares diversas.

O Assistente Social é chamado a cumprir o papel técnico de conceder "benefícios" em vez de viabilizar o acesso aos direitos, escolhendo entre o pobre e o indigente. Ao abordarmos a pobreza como parte do sistema capitalista, torna-se necessário discorrer sobre o segmento humano no qual ela se espalha, ou seja, a unidade multidiversa da "família" (LORENZO et al, 2020).

Compreender essa diversidade é fundamental para uma análise abrangente e eficaz das questões relacionadas à pobreza e para o desenvolvimento de intervenções sociais adequadas que considerem as necessidades específicas de cada família.

A estrutura da família na sociedade contemporânea difere da tradicional família nuclear, pois agora é mais reduzida e composta por diversos arranjos familiares, como famílias monoparentais, famílias reconstituídas e famílias homoafetivas. É importante destacar que muitos desses arranjos familiares estão enfrentando um aumento no índice de empobrecimento, o que os torna dependentes do apoio do Estado para garantir seu sustento e bem-estar.

A configuração da família contemporânea é diferente da tradicional família nuclear, sendo agora menor e apresentando novos arranjos familiares monoparentais, reconstituídos, homoafetivos, muitos dos quais experimentando um processo de empobrecimento crescente e necessitando do apoio do Estado (SILVA et al, 2020).

Nesse sentido, a política social desempenha um papel crucial no fornecimento de suporte e proteção para esses diversos arranjos familiares, por meio de programas de assistência social, transferência de renda e acesso a serviços básicos. Reconhecer a diversidade e as necessidades específicas de cada arranjo familiar é fundamental para que o Estado possa desenvolver políticas eficazes que promovam a igualdade de oportunidades e contribuam para a melhoria das condições de vida dessas famílias em situação de empobrecimento.

A família é um espaço privilegiado de cuidado e proteção humana, sendo o seu primeiro local de socialização e tendo influência sobre o desenvolvimento de seus membros. No entanto, é

preciso evitar a perspectiva que responsabiliza unicamente a família por seus problemas e culpar a sua incapacidade de se ajustar aos padrões e modelos preconcebidos.

Por outro lado, temos visto o oposto em tempos de polarização política exacerbada, como Miotto (2003) aponta em relação à vulnerabilidade à pauperização, que é multifacetada, envolvendo fatores econômicos, qualificação para o mercado de trabalho, tipos de famílias e arranjos familiares, bem como os ciclos de vida. Além disso, na sociedade brasileira, devido à desigualdade de sua estrutura social, essa vulnerabilidade tem aumentado e exigido que essas famílias realizem arranjos e rearranjos para garantir a sua sobrevivência.

Essas estratégias têm enfrentado obstáculos devido ao fato de que, embora as famílias sejam menores, elas dependem de trabalho e renda que muitas vezes não são viáveis, em um mercado cada vez mais competitivo e excludente. Além disso, muitas dessas famílias são formadas por pessoas que não atendem às demandas mercadológicas e precisam empreender de forma informal, sem suporte, segurança e em condições desumanas (MIOTO, 2003).

A desigualdade social é evidente em nossa sociedade, com certos grupos enfrentando maiores desvantagens do que outros. Isso revela uma sociedade que está segregada tanto social quanto economicamente. Nesse contexto, é fundamental que as dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas do Serviço Social se traduzam em ações concretas por meio da dimensão técnico-operativa do Assistente Social.

O Assistente Social desempenha um papel crucial na intervenção direta com indivíduos e grupos que estão sofrendo os impactos da desigualdade social, oferecendo suporte, orientação e acesso a recursos e serviços essenciais. É por meio de suas habilidades técnicas e conhecimento especializado que o Assistente Social pode contribuir para a transformação das condições de vida desses extratos sociais mais prejudicados.

A pandemia de COVID-19 evidenciou de maneira incontestável que estamos sujeitos às suas consequências, mas que a forma como somos afetados é desigualmente social. Existem extratos sociais mais prejudicados do que outros e essa realidade desnuda uma sociedade social e economicamente segregada. Nesse momento, as dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas do Serviço Social precisam se concretizar em ações da dimensão técnico-operativa do Assistente Social (SIQUEIRA; TATIBANA, 2022).

Além disso, o Serviço Social também tem o papel de atuar de forma crítica e engajada na luta por políticas públicas mais inclusivas e igualitárias, buscando enfrentar as raízes estruturais da desigualdade. Ao articular as dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-

operativas, o Assistente Social está capacitado a enfrentar os desafios sociais e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O Assistente Social, como profissional que intervém em busca do acesso dos usuários aos seus direitos sociais, desempenha um papel crucial de comprometimento e respeito às necessidades humanas que surgem e que exigem uma resposta efetiva do poder público e da sociedade civil para serem cooperados nos efeitos da pandemia, que intensificaram os níveis de abandono na pessoa idosa (ROMERO, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia da COVID-19 revelou a necessidade de se estabelecer estratégias rápidas para a preservação e promoção da saúde e da vida e, em relação aos idosos, destacou a importância dos familiares e/ou cuidadores como agentes de cuidado, seja formal ou informal.

As ações protetivas, instituídas pra promoção de saúde e vida, como o isolamento e distanciamento social, objetivou claramente a proteção de grupos caracterizados como vulneráveis, bem como conter o avanço do vírus. O cenário pandêmico deixa claro, a necessidade das medidas, porém precisam de interpretação e eficácia.

A população idosa está mais vulnerável às consequências da contaminação pela COVID-19 e suas repercussões, como os fatores estressantes, de ansiedade e depressivos, as ações referidas para o distanciamento agravaram ainda mais problemas existentes, como o abandono, tidos por muito como estratégias do enfrentamento. No entanto não podemos assim destacar, quando ocorre o abandono intencional da pessoa idosa ou quando existe o cuidado e com isso também o isolamento.

Ao profissional de serviço social é imprescindível a adoção de estratégias protetivas e práticas de assistência em remediação de conflitos, bem como assegurar o contato entre paciente e família com profissionais de saúde que tenham a capacidade de melhorar a qualidade de vida e que, também, gerem autonomia para eles, garantindo ou resgatando a sua dignidade humana de conhecimentos específicos para melhor qualificar e capacitar, não só os profissionais presentes na saúde, mas, inclusive, a sociedade em geral, especialmente a família, por esta ser o principal ente de proteção e apoio aos idosos e vulneráveis.

Em vista das informações citadas acima, é notória a importância da realização de estudos com um olhar crítico acerca da pandemia da Covid-19, sobre a vida dos idosos, em uma sociedade que cada vez mais desvaloriza e deixa de lado pessoas com mais idade, sendo que essa é uma fase

da vida humana que carece de cuidados e atenção específicas. Com isso, ao analisar e compreender esse assunto com maior profundidade é possível atrair mais atenção ao problema, fim de que sejam implementadas ações em prol da redução das taxas de abandono, bem como proporcionar melhor qualidade de vida e garantia de direitos à população idosa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA H, et al. Saúde do idoso em tempos de pandemia COVID-19. **Cogitare enfermagem**, v. 25, 2020.

BARBOSA, I. R. et al. Incidência e mortalidade por COVID-19 na população idosa brasileira e sua relação com indicadores contextuais: um estudo ecológico. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 23, 2020.

BERTOLIN, G.; VIECILLI, M. Abandono afetivo do idoso: reparação civil ao ato de (não) amar? *Revista Eletrônica de Iniciação Científica*, v. 5, n. 1, p. 338–360, 2014.

COELHO, L. P.; MOTTA, L. B. DA; CALDAS, C. P. Rede de atenção ao idoso: fatores facilitadores e barreiras para implementação. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 28, n. 4, p. 1–19, 2018.

COSTA, J. H. R. et al. Abandono afetivo inverso em tempos de pandemia no Brasil. **SEMOC-Semana de Mobilização Científica-Envelhecimento em tempos de pandemias**, 2020.

CRUZ, D.; CAETANO, V.; LEITE, I. Envelhecimento populacional e bases legais da atenção à saúde do idoso. *Cadernos Saúde Coletiva*, v. 18, n. 4, p. 500–8, 2010.

FERREIRA, F. P. C.; BANSI, L. O.; PASCHOAL, S. M. P. Serviços de atenção ao idoso e estratégias de cuidado domiciliares e institucionais. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 17, n. 4, p. 911–926, 2014.

FEDERAL, Senado. Estatuto do idoso. **Brasília (DF): Senado Federal**, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), Ilhéus. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/ilheus.html> HYPERLINK
"http://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/ilheus.html" HYPERLINK
"http://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/ilheus.html" HYPERLINK
"http://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/ilheus.html">. Acesso: 15 de junho. 2020.

Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz. MonitoraCovid-19. Disponível em: < <https://bigdata-covid19.icict.fiocruz.br/> >. Acesso: 20 de junho. 2022

HEILBORN, Maria Luiza A.; PEIXOTO, Clarice E.; BARROS, Myriam M. Tensões familiares em tempos de pandemia e confinamento: cuidadoras familiares. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, 2020.

- KNECHTEL, M. R. Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Intersaberes, 2014.
- MIRANDA, G. M. D.; MENDES, A. da C. G.; SILVA, A. L. A. da. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 19, n. 3, p. 507-519, 2016.
- MORAIS, E. C. de et al. Abandono do idoso: instituição de longa permanência. *Acta de Ciências e Saúde*, v. 02, n. 01, p. 26-38, 2012.
- MONAHAN, C et al. COVID-19 and ageism: How positive and negative responses impact older adults and society. *American Psychologist*, v. 75, n. 7, p. 887, 2020.
- NOGUEIRA, C. R. F. A violência doméstica: reflexão sobre a Guerra e Paz na sociedade Medieval. *MÁTRIA XXI*, v. 2, p. 59-75, 2013.
- PEREIRA, et al. atribuições do assistente social no atendimento à pessoa idosa na atenção básica de saúde. 2017.
- ROMERO, D. et al. Idosos no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil: efeitos nas condições de saúde, renda e trabalho. *Cadernos de saude publica*, v. 37, 2021.
- SILVA, et al. O impacto do isolamento social na qualidade de vida dos idosos durante a pandemia por COVID-19. 2020.
- SHAHID, Z. et al. COVID-19 and older adults: what we know. *Journal of the American Geriatrics Society*, v. 68, n. 5, p. 926-929, 2020.
- SOUZA, J. et al. O CUIDADO AO IDOSO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: REVISÃO INTEGRATIVA. *Revista Brasileira de Tecnologias Sociais*, v. 8, n. 1, p. 62-75, 2021.
- VERAS, R. Linha de cuidado para o idoso: detalhando o modelo. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 19, n. 6, p. 887-905, 2016.
- VIEGAS, C. M. de A. R.; BARROS, M. F. de. Abandono afetivo inverso: o abandono do idoso e a violação do dever de cuidado por parte da prole. *Cadernos de Programa de Pós-graduação Direito UFRGS*, v. 11, p. 160-201, 2016.
- WINDLE, K. et al. **Preventing loneliness and social isolation: interventions and outcomes**. London: Social Care Institute for Excellence, 2011.
- World Health Organization (WHO). Elder abuse. [Internet]. Geneva: WHO; 2018. [acesso em 05 abr 2020]; disponível em:< <https://www.who.int/en/news-room/fact-sheets/detail/elder-abuse>"<https://www.who.int/en/news-room/fact-sheets/detail/elder-abuse>"erabuse.>